



Informativo do **sindPREvs** FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE **24** DE FEVEREIRO



DINHEIRO DO ESTADO, SAIA DESSE CORPO QUE NÃO É SEU!



Se tivessem investigado direito em 1989, teriam descoberto que ...



... quem matou a Odete Roitman foi o FHC!

Tá tudo dominado - Relator tem o rabo preso

Relator da CPI recebeu dinheiro de empreiteiras que vai investigar



Ele recebeu quase R\$ 1 milhão das empresas que costumam subornar políticos

O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), escolhido para ser o relator da CPI da Petrobras, teve 40% das despesas de sua campanha eleitoral, em 2014, custeada bancada com recursos de financiada por quatro construtoras envolvidas no escândalo de corrupção na Petrobras, objeto da Operação Lava-Jato. Luiz Sergio, que foi ministro de Relações Institucionais do governo petista, recebeu R\$ 962,5 mil das construtoras Queiroz Galvão, OAS, Toyo Setal e UTC. A informação é do jornal O Globo.

Também o presidente da CPI, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), recebeu quase R\$ 500 de empreiteiras que deve investigar, assim como dos deputados Julio Delgado (PPS-MG) e Paulinho da Força (SP), presidente nacional do partido Solidariedade, que em suas campanhas eleitorais receberam dinheiro, a maior parte indiretamente, por meio do partido ou de outros candidatos, o que é ilegal. (DIÁRIO DO PODER)

CPI da Petrobras: cúpula foi financiada por empresas investigadas

Indicados para presidir e relatar a CPI da Petrobras, Hugo Motta e Luiz Sérgio declararam à Justiça eleitoral ter recebido doações de empreiteiras acusadas na Operação Lava Jato de participar de esquema de cartel e propina na estatal



Fotos: Agência Câmara

Hugo Motta e Luiz Sérgio: o primeiro teve 60% da campanha bancada por investigadas; o segundo, 40%. Indicados por suas bancadas para comandar as investigações da CPI da Petrobras na Câmara, os deputados Hugo Motta (PMDB-PB) e Luiz Sérgio (PT-RJ) receberam doações de empresas investigadas na Operação Lava Jato, que apura esquema de cartel e pagamento de propina a funcionários e políticos em troca de contratos com a estatal.

De acordo com reportagem da Folha de S.Paulo, 60% dos recursos declarados por Hugo Motta em sua campanha à reeleição saíram dos cofres de duas investigadas: a Andrade Gutierrez, que contribuiu com R\$ 451 mil, e a Odebrecht, que doou R\$ 742 mil. O peemedebista foi indicado pelo PMDB para presidir a CPI. A reunião de instalação da comissão está marcada para esta quinta-feira (26).

Indicado pelo PT para relatar as apurações da CPI, Luiz Sérgio teve 39,6% de sua receita de campanha bancados por empresas investigadas. O petista recebeu R\$ 962,5 mil da Queiroz Galvão, da OAS, da Toyo Setal e da UTC, informam os repórteres Aguirre Talento e Márcio Falcão. Executivos da OAS e da UTC já respondem a ações penais por participação no esquema.

Em resposta à Folha, a assessoria de Hugo Motta alegou que o deputado não tem ligação com as empresas financiadoras e que os recursos foram repassados à sua campanha pelo diretório estadual do PMDB. Já Luiz Sérgio disse que não vai se manifestar sobre assuntos da CPI da Petrobras enquanto não tiver seu nome confirmado na relatoria. (CONGRESSO EM FOCO)

Governador Beto Richa abre guerra contra grupo RPC/Globo no Paraná

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), afirmou nesta quinta-feira (7) que acordou com o “pé esquerdo” ao justificar a guerra que abriu contra o jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, que pertence ao grupo RPC/Globo.

Atribuindo a frase ao escritor Luís Fernando Veríssimo, o governador tucano disse que “às vezes a única coisa que é verdadeira num jornal é a data. Aqui em Curitiba, se você for comprar sábado à tarde, nem a data confere”.

O tucano comparou ainda o jornal curitibano a um Diário Oficial do governo federal.

“Imagine se o nosso governo fosse igual a outro governo [federal] que todo dia tem denúncia, escândalo, desvio de conduta, mensaleiro, tem compra de refinaria que dá prejuízo, a nós brasileiros, de R\$ 1 bilhão e nada é divulgado nesse mesmo espaço”, fuzilou Beto Richa.



Ana Amélia, vice-presidente do grupo RPC, e o governador Beto Richa. Segundo o tucano, a Gazeta do Povo é um Diário Oficial do governo federal.

A pancadaria desferida pelo governador contra o grupo de mídia ocorreu na manhã de hoje, durante cerimônia de posse de novos secretários, quando o ex-ministro [Reinold Stephanes \(PSD\)](#) assumiu a Casa Civil e o ex-candidato a prefeito [Ratinho Junior \(PSC\)](#) assumiu a Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU). Ambos são deputados federais licenciados. (ESMAEL MORAIS.COM.BR)

Indefinição de Dilma azeda relações com Toffoli

Demora para indicar ministro do TSE irrita o ministro Toffoli



Dilma Rousseff e Dias Toffoli: ela ainda não indicou

Azedaram as relações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, com Dilma Rousseff. Assim como há sete meses ela não consegue escolher o substituto de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, não se define quanto a outra vaga no TSE, ignorando o apoio de Toffoli à recondução de ministro Henrique Neves. Tampouco escolhe outro, deixando o TSE desfalcado de um ministro.

A indecisão de Dilma deve prejudicar ainda mais o TSE: nesta quinta (26) se encerra o mandato da ministra Luciana Lóssio.

O ex-presidente Lula até já interferiu, chamando a atenção de Dilma para a necessidade de preencher as vagas no Supremo e no TSE.

Toffoli acertou no Supremo que só será definida a lista tríplice para a vaga de Lóssio quando Dilma preencher a vaga de Henrique Neves. (CLÁUDIO HUMBERTO)

UMA NAÇÃO CORROMPIDA

O cerco aos deputados do PMDB por diversos ministros da presidente Dilma, esta semana, configura corrupção explícita, se for verdadeira a versão de que a equipe de governo anda prometendo nomeações para o segundo escalão em troca de votos para a aprovação de seus projetos. Só existem dúvidas sobre quem é mais corrupto, se os ministros ou os deputados.

Tome-se um parlamentar cuja opinião é de que direitos trabalhistas não podem ser revogados e, por isso, dispõe-se a votar contra as medidas provisórias extinguindo parte do salário-desemprego e aviltando as pensões das viúvas. Que conclusão tirar caso, na hora da votação, Sua Excelência aprove na íntegra essa

maldade, porque obteve a promessa de nomeação de um seu apadrinhado para a diretoria de uma empresa estatal?

Multiplique-se essa situação e outras semelhantes, em matéria de benesses e favores distribuídos pelo Executivo a integrantes do Legislativo, e se terá a receita de uma nação corrompida. De instituições falidas. Pois é o que se delineia no jogo sujo das relações entre o palácio do Planalto e o Congresso, por certo entre expressões de cordialidade e entendimento político. O pior é que nada poderá ser feito para evitar o crime: os deputados são livres para votar como quiserem e os governantes também, para preencher as vagas na administração direta e indireta. De pouco adiantam leis mais drásticas para punir a corrupção, se ela acontece de acordo com as instituições vigentes.

Só tem uma saída para evitar essa novela de horror, fora, é claro, uma rebelião nacional capaz de não deixar pedra sobre pedra nesses dois poderes da União: a imprensa dedicar-se à leitura minuciosa dos Diários Oficial e do Congresso, interligando nomeações e votações. Pelo menos, o eleitorado tomaria conhecimento da falcatura. Mas deixaria de votar em seus deletérios representantes de um lado e de outro? Dificilmente, porque viciadas também estão as eleições abastecidas com dinheiro podre, como ainda agora demonstra o escândalo na Petrobras.

Vale repetir: a nação está corrompida, apesar de bissextos esforços promovidos por parte do Judiciário para punir os corruptos.

NO CHILE COMEÇOU ASSIM

Quem tiver boa memória poderá lembrar que no Chile do general Pinochet começou assim. A paralisação dos caminhoneiros gerou não apenas o desabastecimento no país, mas despertou nos militares os piores sentimentos. Por certo que estimulados pela CIA e os conglomerados econômico-financeiros internacionais. Aqui, felizmente, as forças armadas parecem longe de sensibilizar-se pela exceção e pelo arbítrio, ainda que em passado mais ou menos recente tenham caído na armadilha. (CARLOS CHAGAS – INFO DF)

Governo quer discutir o fim do fator previdenciário com movimentos sindicais de todo o País



Calculadora na mão – O governo federal iniciará discussão com os movimentos sindicais para acabar com o fator previdenciário. A intenção é substituir o fator por uma fórmula que retarde as aposentadorias no Brasil. A base de partida deverá ser o conceito 85/95, que soma a idade com o tempo de serviço, sendo 85 anos para mulheres e 95 para homens.

A informação foi fornecida pelo ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo” e confirmada pela assessoria de imprensa da pasta. De acordo com o ministro, o fator previdenciário é ruim porque não cumpre o papel de retardar as aposentadorias. Segundo ele, a idade média de aposentadoria por tempo de contribuição é 54 anos. Como a expectativa de vida chega a 84 anos, o cidadão fica 30 anos, em média, recebendo aposentadoria, o que sobrecarrega o sistema. A aposentadoria passa a ser um complemento da renda, pois, na maioria dos casos, segue-se trabalhando.

O ministro diz que não defende apenas a idade mínima, que prejudica o trabalhador mais pobre, que começa a trabalhar mais cedo. A defesa é que idade e tempo de contribuição sejam considerados, o que é feito no conceito 85/95.

Segundo a assessoria de imprensa do ministério, não há um prazo definido para que isso comece a ser discutido. De acordo com a entrevista, o governo fará a discussão após negociar no Congresso Nacional as

medidas provisórias (MPs) 664 e 665, que modificam regras da concessão dos seguros-desemprego e defeso, da pensão por morte, do auxílio-doença e do abono salarial. As MPs enfrentam críticas dos partidos de oposição, de centrais sindicais e da própria base governista no Congresso Nacional.

A regra atual estabelece que a aposentadoria dos contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja feita de acordo com a combinação de dois critérios: idade mínima (65 anos para homens e 60 anos para mulheres; e 60 anos para homens e 55 anos para mulheres que exercem trabalho rural) e tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres).

Caso a aposentadoria do contribuinte seja feita anteriormente ao cumprimento de algum desses dois critérios, o valor a ser recebido pelo trabalhador é calculado de acordo com uma fórmula – o fator previdenciário –, que leva em consideração o tempo de contribuição do trabalhador, a alíquota paga, a expectativa de sobrevivência e a idade da pessoa no momento da aposentadoria. São somados ao cálculo cinco anos para mulheres, cinco anos para professores e dez anos para professoras do ensino básico, fundamental e médio. Assim, caso o contribuinte se aposente em um momento em que o cálculo não corresponde ao salário integral, há um desconto no total a ser recebido. (UCHO.INFO - AGÊNCIA BRASIL)

Deboche de sempre - Câmara gastou R\$ 135 milhões para divulgar mandatos

Valor foi ressarcido aos deputados na última legislatura. Despesas com a divulgação da atividade parlamentar cresceram em 2014, ano em que a maioria disputou as eleições, mostra a Revista Congresso em Foco



Ag. Câmara

Câmara gastou mais de R\$ 671 milhões para cobrir despesas atribuídas por deputados ao exercício do mandato na última legislatura

Embora mantenha uma das maiores redações de Brasília, com gigantesca estrutura de rádio, TV e internet, a Câmara gastou R\$ 135 milhões nos últimos quatro anos para propagandear as ações dos parlamentares, por meio de sites, jornais, panfletos e outras publicações. O dinheiro foi totalmente ressarcido aos deputados mediante apresentação de nota fiscal. O valor corresponde a 20% dos R\$ 671 milhões utilizados pela Casa para cobrir despesas atribuídas por deputados ao exercício do mandato na última legislatura por meio da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), o chamado cotão. Os dados, que compreendem o período de fevereiro de 2011 a 15 de janeiro de 2015, são de levantamento do [novo número da Revista Congresso em Foco](#).

Mas as cifras tendem a crescer. Os parlamentares, mesmo aqueles que não renovaram o mandato, têm até três meses após a efetuação do gasto para pedir o reembolso. Ou seja, serviço contratado em dezembro ainda pode ressarcido. A divulgação da atividade parlamentar foi a maior despesa do cotão em toda a legislatura na Câmara. Os gastos dessa natureza dispararam em 2014, ano eleitoral em que a maioria dos deputados buscou a reeleição e outros cargos eletivos. Foram R\$ 42,3 milhões, acima dos R\$ 39 milhões de 2013 e muito além dos R\$ 23,8 milhões de 2011, ano de início do mandato.

Nas alturas

O segundo maior gasto ficou por conta das passagens aéreas. Nesse caso, em vez do ressarcimento, a maioria dos parlamentares opta pela requisição de passagens aéreas à Câmara. Em toda a legislatura, a Casa liberou mais de R\$ 128 milhões (19% de todo o cotão) para garantir o tradicional voo semanal dos congressistas entre seus estados e Brasília.

A conta com bilhetes aéreos já foi maior. Até 2009, os congressistas utilizavam sobras desse benefício para transportar familiares, amigos e aliados políticos, inclusive para viagens de turismo ao exterior. Somente após a revelação da chamada [“farra das passagens”](#) pelo Congresso em Foco, é que a Câmara e o Senado proibiram expressamente o transporte de familiares e amigos e passaram a divulgar a lista dos passageiros e trajetos na internet.

Locação limitada

A terceira maior despesa ficou com o aluguel de veículos. A locação de carros, vários deles de luxo, consumiu R\$ 79 milhões (12%) de toda a verba desde fevereiro de 2011. Esse valor só não foi mais alto porque, no segundo semestre de 2013, a Câmara limitou esse tipo de despesa a R\$ 10 mil após a publicação de uma [série de reportagens do Congresso em Foco](#), com base em dossiê levantado pelo ativista Lúcio Big, que apontava suspeitas de irregularidades, como a locação por empresas que não tinham veículos e pagamentos em valores acima do praticado no mercado. Ele denunciou 20 parlamentares ao TCU.

Senadores

No Senado, as despesas do cotão chegaram a R\$ 81,4 milhões na última legislatura. Metade desses gastos foi por conta de passagens aéreas, locomoção, hospedagem, alimentação, combustíveis e lubrificantes. Juntos, esses itens consumiram mais de R\$ 41 milhões. Só com o voo dos senadores, maior despesa, foram R\$ 21,5 milhões. Outros R\$ 20,2 milhões tiveram como destino hotéis, restaurantes e postos de gasolina, entre outros estabelecimentos. O terceiro maior volume de gastos ficou com o aluguel de imóveis para escritório político, aproximadamente R\$ 15 milhões.

Já a divulgação da atividade parlamentar, principal despesa da Câmara, foi apenas a quarta no Senado, com R\$ 10,9 milhões nos últimos quatro anos. Em 2014, os senadores gastaram R\$ 2,2 milhões, menos do que os R\$ 3,3 milhões despendidos no ano anterior. Uma restrição imposta pela Casa ajuda a explicar essa queda: norma interna proíbe que senadores que concorrem a algum mandato utilizem a verba com essa finalidade durante o período eleitoral. Este veto não existe na Câmara. (EDSON SARDINHA – CONGRESSO EM FOCO)

Hora de pressionar avanço da PEC da Equidade na Câmara

Tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional nº 271/2013 - também conhecida como PEC da Equidade -, de autoria do deputado federal Augusto Carvalho (PPS/DF), que objetiva garantir isonomia para as verbas indenizatórias concedidas aos servidores públicos da União.

A PEC acrescenta à Constituição Federal o artigo 37-A, o qual estabelece como iniciativa da Presidência da República, dispor sobre o valor das verbas indenizatórias a serem pagas aos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, acrescentando que tais verbas deverão ter como referência o valor médio de mercado de cada região, sem haver distinção do valor em função de cargo ou nível funcional do servidor, ou do Poder ao qual o servidor esteja vinculado.

O Sinagências manifesta seu apoio à iniciativa e entende que a PEC condiz com a bandeira de luta pela isonomia, pleito antigo dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

As verbas indenizatórias, tais como auxílio-alimentação, auxílio creche, e diárias de viagens a serviço, destinam-se a custear despesas específicas realizadas pelo servidor. Não se justifica, portanto, fazer qualquer distinção de valor entre servidores do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Da mesma forma, não se justifica fazer distinção de valor em função do cargo ou nível funcional do servidor.

O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aguardando que seja designado relator. Em 2013, a matéria recebeu parecer favorável de dois relatores nessa mesma comissão. No entanto, como não houve votação antes de findar a legislatura anterior, o processo será retomado em 2015.

Depois de passar pela CCJ e receber voto pela admissibilidade, a proposição segue o tramite regimental, que neste caso requer que o presidente da Câmara instale uma Comissão Especial para o chamado exame de mérito da proposição. Ou seja, para análise do conteúdo da matéria. Essa comissão tem prazo de 40 sessões ordinárias para analisar o texto e discutir o parecer do relator. Aprovada nesta comissão, a PEC segue para votação em dois turnos no plenário da Câmara, sendo necessário quórum qualificado para aprovação do texto (três quintos do número de deputados, ou seja, 308 votos). Em seguida, será

encaminhada para revisão no Senado Federal.

Pauta geral do funcionalismo público na Campanha Salarial de 2015, a isonomia dos benefícios corrige uma distorção histórica entre os valores dos benefícios dos servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e MPU. Daí a importância de a PEC ser aprovada.

Como forma de pressionar os parlamentares a aprovarem a PEC 271/2013, o Sinagências preparou um abaixo-assinado eletrônico. As assinaturas são encaminhadas aos parlamentares responsáveis pela aprovação durante a tramitação da Proposta. Até o momento 4.359 pessoas já assinaram o nosso documento. Junte-se a elas! (ASSESSORIA SINAGÊNCIAS)

Petrolão: juiz da Lava-Jato confirma depoimento de Paulo Bernardo e piora a situação de Gleisi



Saia justa – O juiz Sérgio Fernando Moro, da 13ª Vara federal de Curitiba, intimou, na segunda-feira (23), o ex-ministro Paulo Bernardo da Silva (Planejamento e Comunicações), marido da senadora petista Gleisi Helena Hoffmann, para depor como testemunha de defesa em um dos processos decorrentes da Operação Lava-Jato. O ex-ministro será ouvido no próximo dia 5 de março.

Bernardo foi arrolado como testemunha de Ricardo Pessôa, presidente da construtora UTC e identificado pela Polícia Federal como chefe do cartel do Petrolão – grupo formado por empreiteiras que prestavam serviços superfaturados à Petrobras, operação que tinha como contrapartida o pagamento de propinas milionárias aos diversos partidos políticos, principalmente ao PT.

O ex-ministro compartilha com a mulher a suspeita de receber dinheiro do esquema de propinas do Petrolão, o maior escândalo de corrupção da história da humanidade, que sangrou os cofres da estatal em aproximadamente R\$ 88 bilhões, segundo cálculos da ex-presidente da companhia, Maria das Graças Foster.

Pelo menos R\$ 1 milhão, em dinheiro de caixa 2 teria sido pago, em espécie, à campanha de Gleisi em 2010, além de outros R\$ 4,7 milhões provenientes das empreiteiras envolvidas no esquema, entre elas a UTC, e investigadas na Operação Lava-Jato.

A denúncia de que Gleisi Hoffmann recebeu dinheiro do Petrolão, a partir de um pedido pessoal do marido, à época ministro do Planejamento, partiu do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que faz delação premiada. A denúncia de Costa foi confirmada pelo doleiro Alberto Youssef, que detalhou a forma como o dinheiro foi entregue a Gleisi. (UCHO.INFO)

CPI da Petrobras: deputada prepara convocação de Collor, Cardozo, Palocci e José Dirceu



Alça de mira – Logo após ser indicada pelo partido para integrar a nova CPI da Petrobras, a deputada federal Eliziane Gama (PPS-MA) elaborou quatro requerimentos em que pede as convocações do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), do atual ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e dos ex-ministros José Dirceu de Oliveira e Silva e Antônio Palocci Filho, os três últimos do PT.

Collor será chamado a dar explicações, já que o doleiro Alberto Youssef afirmou a procuradores que investigam o esquema criminoso que sangrou os cofres da Petrobras, que o senador e ex-presidente da República teria recebido propina de R\$ 3 milhões resultante de um contrato com a BR Distribuidora, subsidiária da estatal petrolífera.

De acordo com Youssef, a propina resultou de um contrato no valor de R\$ 300 milhões, assinado em 2012 entre uma rede de postos de combustíveis de São Paulo e a BR Distribuidora.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na avaliação da parlamentar, precisa prestar esclarecimentos sobre a reunião que teve com o advogado da construtora UTC, Sérgio Renault, para tratar das investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, deflagrada em março de 2014 e que até hoje produz desdobramentos.

“Nós teremos na CPI o papel coerente com a vontade popular que é de investigação irrestrita e incondicional. O PPS fará jus e honrará sua história mais uma vez”, disse a integrante da comissão parlamentar de inquérito.

Os requerimentos serão apresentados na quinta-feira (26) quando a CPI da Petrobras será instalada na Câmara.

Dirceu, o Pedro Carvão

O PPS quer também ouvir o ex-ministro José Dirceu, condenado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470 (Mensalão do PT), que também teria se beneficiado do dinheiro desviado da Petrobras. De acordo com reportagem do Jornal Nacional, o petista recebeu R\$ 4 milhões de empresas envolvidas na Lava-Jato a título de “consultoria”.

Alberto Youssef revelou em sua delação premiada que José Dirceu e Antonio Palocci eram “as ligações” de Julio Gerin Camargo, lobista e operador de propina do PT na Petrobras. O doleiro revelou que Dirceu aparecia na contabilidade do esquema com o codinome “Bob” – suposta referência ao apelido de um ex-assessor do deputado cassado. “Julio Camargo possuía ligações com o Partido dos Trabalhadores, notadamente com José Dirceu e Antonio Palocci”, declarou Youssef à Justiça. (UCHO.INFO)

Esquema de corrupção e dinheiro de agiotagem em campanha complicam o senador José Agripino



Pela tangente – Demorou, mas acabou acontecendo. A conhecida soberba do senador José Agripino Maia (RN) desmoronou no vácuo de um polêmico depoimento ao Ministério Público potiguar. Resta saber se o partido seguirá o mesmo caminho adotado em escândalos anteriores, como o de José Roberto Arruda (ex-governador do DF) e João Batista Ramos (ex-deputado federal flagrado com malas de dinheiro em jato particular), ambos expulsos do partido.

José Agripino foi acusado pelo advogado George Olímpio de exigir R\$ 1 milhão para sua campanha ao Senado, em 2010. De acordo com o depoente, a doação foi viabilizada com a “ajuda” de um agiota indicado por Agripino Maia. Em depoimento prestado ao MP do Rio Grande do Norte à sombra de acordo de delação premiada, George Olímpio revelou detalhes de um suposto esquema de corrupção no DETRAN potiguar.

Aos procuradores, o advogado disse ter recebido, em setembro de 2010, do ex-deputado João Faustino uma pesquisa interna do Democratas na qual Rosalba Ciarlini liderava a disputa pelo governo do estado. “Iberê era governador. João Faustino me apresentou uma pesquisa interna com Rosalba na frente e disse que se preocupou com o assunto da inspeção (veicular). Ele disse que era importante falar com José Agripino. De lá mesmo ele ligou pra Zé Agripino e marcou um café da manhã no apartamento de Zé Agripino”, detalhou Olímpio.

“Chegamos lá, subimos para a parte de cima do apartamento, tem uma piscina, uma área aberta e o escritório dele. Começamos a conversar e ele disse que a informação era que eu tinha dado R\$ 5 milhões para a campanha de Iberê. Eu disse a ele que eu não tinha esse dinheiro e estava no meio da construção dos equipamentos e não tinha nem condições de dar esse dinheiro. Eu disse que dei R\$ 1 milhão a Iberê, e ele perguntou como eu poderia participar da campanha deles”, completou o advogado.

A partir de então, de acordo com as declarações prestadas ao MP, iniciou-se uma negociação na qual George Olímpio disse ter condições de dar R\$ 200 mil à campanha do senador. “Eu também não queria perder aquele elo, porque pra mim aquilo foi um aviso muito claro: ou você participa da nossa campanha ou você perde a inspeção. Foi uma forma muito sutil, mas uma forma de chantagem. Eu tinha esse dinheiro no cofre do meu escritório. Eu saí de lá, peguei esses duzentos mil e voltei. Eu disse a ele que poderia dar mais R\$ 100 mil na próxima semana e ele falou – ‘aí vai faltar R\$ 700 mil pra você dar a mesma coisa que você deu pra campanha de Iberê’”, revelou o advogado.

Ainda de acordo com o depoimento, José Agripino teria informado que contatar um amigo, o qual emprestaria R\$ 400 mil a George Olímpio para que ele desse o dinheiro. “Eu peguei R\$ 400 mil emprestados com Marcílio Carrilho, que hoje é presidente do Democratas municipal de Natal, com cheques meu ou do consórcio, para garantir. Paguei todo mês, a partir de outubro de 2010 a fevereiro de 2011, R\$ 16 mil de juros. E ele disse ainda que ligaria para Ximbica (José Bezerra Júnior, ex-suplente de senador) para conseguir os outros R\$ 300 mil. No outro dia ele marcou. Eu, ele (José Agripino) e Ximbica nos encontramos e eu peguei o dinheiro a juros também. Acho que era R\$ 9 mil por mês de juros”, relatou o advogado.

George Olímpio disse também que no momento em que a inspeção veicular no RN foi suspensa e anulada, João Faustino assumiu a dívida com Marcílio Carrilho e Ximbica. “Eu não tinha como pagar essa dívida sem a inspeção rodando”, afirmou.

Desculpa de sempre

Em nota, o senador José Agripino Maia afirmou desconhecer “o teor da suposta acusação”. “Estaria eu sendo objeto de denúncia de igual teor à que a Procuradoria-Geral da República já teria apurado e arquivado? Por que razão estes fatos, que não são novos, estariam sendo retomados neste momento?”, questionou o parlamentar.

Com base na Constituição federal de 1988, que abriga com clareza o instituto da presunção da inocência, José Agripino não pode ser considerado culpado, pois as investigações e os processos ainda estão em curso, mas não pode ser declarado inocente, pois do contrário o acordo de delação premiada firmado por George Olímpio com o MP já teria sido desfeito. Ou seja, os procuradores no mínimo conseguiram provas referentes às denúncias feitas pelo advogado.

Deflagrada em 2011, a Operação Sinal Fechado apurou fraudes envolvendo o DETRAN do Rio Grande do Norte e detectou que George Olímpio era o mentor do esquema que desviava recursos do órgão. Na ocasião, doze pessoas foram presas, entre elas o próprio Olímpio, e outras 27 foram denunciadas pelo Ministério Público. E a Justiça do RN acatou de pronto a denúncia.

Em agosto de 2014, blindado pelo acordo de delação premiada, George Olímpio prestou depoimento ao MP e revelou novos detalhes do esquema criminoso. Na última sexta-feira (20), a delação premiada alcançou o deputado estadual Ezequiel Ferreira de Souza (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa do RN, que, de acordo com o MP, teria recebido R\$ 300 mil para acelerar no Legislativo potiguar a aprovação da lei que estabelece as bases da inspeção veicular no estado.

Como sempre afirma o UCHO.INFO, política, independentemente da bandeira partidária, é negócio milionário e seletivo. Para se chegar a posições de destaque no cenário político nacional é preciso muito dinheiro, sendo que os recursos nem sempre têm origem confiável e lícita.

Não se trata de acusar antecipadamente esse ou aquele parlamentar, mas, sim, de reconhecer como funciona a política em seus bastidores. José Agripino Maia deve ao povo do Rio Grande do Norte muito mais do que uma simples nota distribuída à imprensa, mas provas incontestáveis de sua alegada inocência,

pois diz o ditado popular que à mulher de César não basta ser honesta, mas parecer como tal. E vice-versa. (UCHO.INFO)



Greve dos caminhoneiros - Governo vai tentar mediar acordo para encerrar protestos

Reunião hoje reunirá caminhoneiros e empresários. União diz que reduzir preço do diesel está fora de cogitação

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, confirmou ontem à noite que o governo federal criará uma mesa de negociação entre os caminhoneiros que fazem protestos no país e os empresários para “avançar na questão do preço do frete”. A mesa vai agrupar sindicalistas dos caminhoneiros, empresários e ministros. “Nós estamos instalando amanhã [hoje] e coordenando uma mesa de negociações, de diálogo, entre empresários, representantes das lideranças dos caminhoneiros, às 14 horas, para que possamos, num ambiente de negociação direta, avançar na solução do preço do frete no país”, disse.

A decisão ocorreu após reunião entre ele, o titular do Ministério dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, e o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira. No encontro, ficou acertado que o Palácio do Planalto colocaria uma nova fórmula de preço para o frete como carro-chefe da articulação para debelar o bloqueio de rodovias pelos caminhoneiros. “Nós estamos muito confiantes de que possamos voltar à normalidade e recuperar um ambiente positivo de diálogo e de solução de grande parte da pauta levantada pelos caminhoneiros”, disse.

O governo não pretende atender um dos principais itens da pauta de reivindicações dos caminhoneiros: a redução do preço do diesel. Os trabalhadores bloqueiam rodovias em todo o país em protesto à decisão do Palácio do Planalto de ampliar a tributação incidente sobre combustíveis (Pis/Cofins e Cide). A alta no preço do diesel, de R\$ 0,15 por litro, deve reforçar o caixa com R\$ 12,18 bilhões em 2015. “Não está na pauta do governo a redução do preço do diesel neste momento”, afirmou Rossetto.

Financiamento

Rossetto também afirmou que o BNDES está estudando a prorrogação do programa Pró-Caminhoneiro, que financia a compra de caminhões e equipamentos. O encerramento do programa está previsto para 31 de dezembro e, entre os itens da pauta dos caminhoneiros, está o pedido de uma carência de seis meses sobre dívidas contraídas. O ministro, contudo, não precisou se o governo irá renegociar as dívidas e esticar o prazo de acesso ao Pró-C

Greve de caminhoneiros obriga produtores a jogar leite fora

Pecuária leiteira é a mais prejudicada pelos bloqueios. Crise se estende à produção de aves e suínos no

Paraná - Falta de produtos prejudica o consumidor paranaense

Bombas vazias, mercados sem alimentos e açougues sem carnes. Cadeia de distribuição é gravemente afetada pelas barreiras nas BRs

Segundo o ministro, o governo busca preservar o abastecimento para evitar prejuízo à já combatida economia em meio aos protestos. “O governo tem tomado todas as medidas para evitar a obstrução das nossas rodovias, garantindo assim o abastecimento da sociedade brasileira e evitando prejuízos a nossa economia. Ao mesmo tempo, o governo tem estimulado uma negociação direta entre empresários e

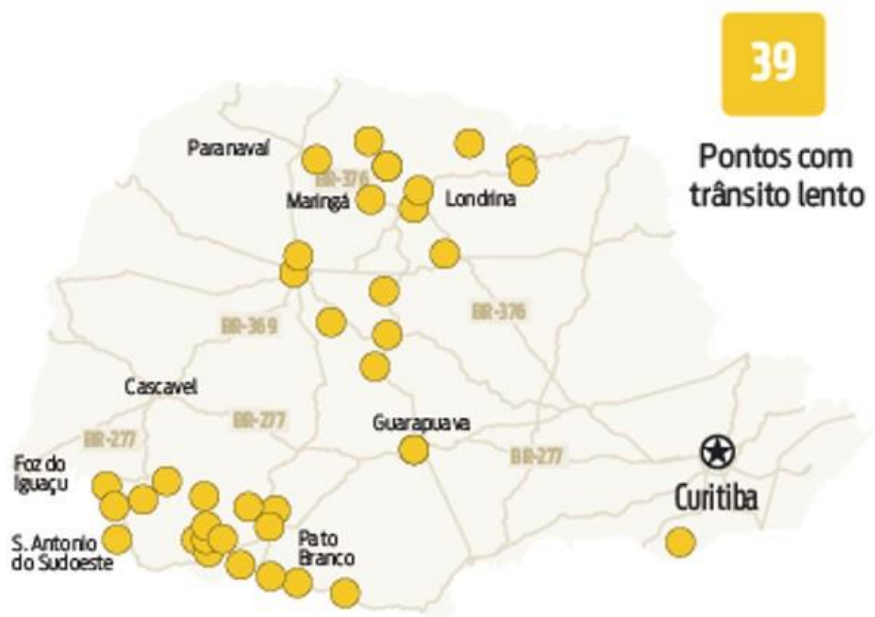
lideranças dos caminhoneiros para resolver a questão do preço do custo do frete, que afinal é o tema central dessas manifestações.

Sem negociação - Portos são obrigados a interromper embarques de grãos

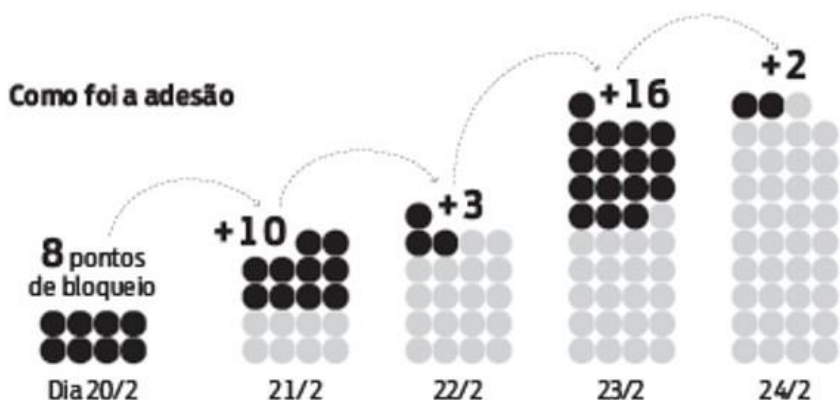
Além de limitar o trabalho de produtores e indústrias, a paralisação de caminhoneiros nas principais rodovias do país tem limitado o transporte de cargas direcionadas para exportação. No Paraná a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) diz que apenas 10% da carga programada para ser carregada ontem nos navios estava disponível.

REVOLTA NAS ESTRADAS

A manifestação dos caminhoneiros casuou ontem 44 pontos de interdição total ou parcial no Paraná:



Até o fechamento desta edição **39** pontos de bloqueio



NO PAÍS

68 trechos de rodovias federais estão interditados ou com trânsito lento em seis estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste:

Fonte: Polícias Rodoviárias Federal e Estadual. Infografia: Gazeta do Povo.

Estado	Pontos
Santa Catarina	17
Rio G. do Sul	15
Paraná	13
Mato Grosso	9
Minas Gerais	8
Mato G. do Sul	6

(GAZETA DO POVO – COM ESTADÃO CONTEÚDO)

OAB-PR pede sequestro de contas do governo para o pagamento de precatórios

Pedido foi feito após o Executivo ter suspenso o pagamento obrigatório das dívidas judiciais, que está atrasado desde outubro

O Tribunal de Justiça (TJ) está analisando um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Paraná, para sequestrar dinheiro de contas do governo do estado para o pagamento de precatórios. O motivo do pedido da OAB-PR, protocolado em dezembro, é o fato de o governo ter suspenso o pagamento obrigatório de precatórios – nome dado às dívidas judiciais do estado. O pagamento mensal é obrigatório, no valor de 2% das receitas do estado.

A OAB-PR entrou com um ofício pedindo o sequestro das contas ainda no ano passado, mas o caso continua tramitando no TJ. Caso o tribunal entenda que o governo desrespeitou a legislação, o governador Beto Richa (PSDB) pode responder por improbidade administrativa. A atual gestão do TJ, que assumiu no início do mês, sob comando do desembargador Paulo Roberto Vasconcellos, estaria em negociações com o governo para que o pagamento seja retomado sem que seja necessário tomar medidas judiciais. A Secretaria da Fazenda confirmou nesta terça-feira (24) o atraso dos pagamentos.

Advogados ouvidos pela reportagem afirmam que seus clientes, que já conseguiram decisão favorável na Justiça e que estão no topo da fila para receber os recursos, chegam a esperar dois anos para receber os valores.

Em tese, o dinheiro é repassado pelo TJ a pessoas que já ganharam na Justiça o direito ao pagamento. No entanto, sabe-se que o tribunal, por sua vez, também tem atrasado o pagamento do dinheiro que já recebeu do estado. Atualmente, segundo estimativa da OAB-PR, o tribunal tem em seus cofres R\$ 461 milhões que já foram repassados pelo estado e que ainda não chegaram às mãos dos credores.

A reportagem pediu uma entrevista para a direção do Tribunal de Justiça, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

SEM REPASSE

R\$ 180 milhões

é a estimativa da quantia que o estado deixou de repassar ao Tribunal de Justiça para o pagamento dos precatórios num período de cinco meses.

Atrasos do TJ

O pagamento está suspenso desde outubro e, em cinco meses, a estimativa é que R\$ 180 milhões tenham deixado de ir para o Tribunal de Justiça para pagamento das dívidas. Caso o valor de fevereiro também atrase, estima-se que o furo chegue a R\$ 220 milhões. A falta de pagamento dos precatórios é mais um indício da má situação financeira do Paraná.

ROMBO

R\$ 220 milhões

é a previsão de quanto o déficit pode chegar caso o valor de fevereiro também atrase.

(ROGERIO WALDRIGUES GALINDO - GAZETA DO POVO)

Advogado é multado em R\$ 621 mil por usar símbolo do INSS

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve a condenação de advogado que utilizou símbolo semelhante ao do Instituto [Nacional](#) do Seguro Social (INSS) na divulgação dos próprios serviços ao [pagamento](#) de multas e indenizações no valor de R\$ 621 mil. De acordo com os advogados públicos, o uso da imagem da autarquia em publicidades de serviços privados é indevido e tinha como objetivo enganar a população. Ele também foi obrigado a fazer contrapropaganda gratuita em favor da Previdência Social pelo prazo de cinco anos, para esclarecer que "o INSS não possui nenhum vínculo ou convênio com escritórios de intermediação previdenciária". O anúncio que deverá ser realizado pelo [profissional](#) esclarece que "o requerimento de concessão ou revisão de benefícios é gratuito e pode ser realizado pelo próprio segurado. O acesso à Previdência Social é público e gratuito, ligue 135 ou acesse o [site](#) www.mps.gov.br".

Caso

Para proteger o nome e a imagem da autarquia, a Procuradoria Seccional Federal de Londrina

(PSF/Londrina) ajuizou Ação Civil Pública contra o advogado. A unidade da AGU explicou que os símbolos dos órgãos públicos devem ser "preservados para utilização estrita na prestação de serviços estatais".

Os procuradores federais também ressaltaram que o advogado pretendia enganar a população ao aparecer como parceiro do INSS e "promovedor filantrópico da Seguridade Social". Destacaram, ainda, a atuação do profissional representa captação de clientes, prática vedada pela legislação que regulamenta o exercício da advocacia.

Acolhendo os argumentos da AGU, a Justiça Federal do Paraná concedeu liminar ao INSS e determinou busca e apreensão de vários documentos com símbolo semelhante ao da autarquia. O magistrado também decidiu pela retirada do ar do site do escritório do advogado, com multa diária em caso de descumprimento de R\$ 3 mil. A decisão ainda definiu que, após 15 dias, o valor por dia de atraso seria triplicado (R\$ 9 mil). A decisão judicial só foi cumprida depois de 79 dias. Dessa forma, ao julgar o mérito do caso, a 1ª Vara Federal de Jacarezinho condenou o réu a pagar multa no valor de R\$ 561 mil. A corte também determinou o pagamento de indenização de R\$ 60 mil por uso indevido do símbolo do INSS e a realização de propaganda gratuita por cinco anos.

O réu ainda foi condenado a recolher ou apagar todos os anúncios veiculados com o uso do símbolo semelhante ao do INSS, assim como foi proibido de utilizar a marca da Previdência Social ou imitações em qualquer tipo de publicidade.

A PSF/Londrina é unidade da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU. O nome do advogado não foi informado. (RADAÇÃO BONDE)

